

## **Perfil sociodemográfico da violência doméstica e sexual sofrida pelas mulheres no nordeste Brasileiro, de 2014 a 2018**

### **Sociodemographic profile of domestic and sexual violence suffered by women in northeastern Brazil from 2014 to 2018**

DOI:10.34117/bjdv7n7-320

Recebimento dos originais: 13/06/2021

Aceitação para publicação: 13/07/2021

#### **Leandra Josefa dos Santos**

Acadêmica em Enfermagem da Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU).  
Caruaru (PE), BRASIL.  
E-mail: santosleandra810@gmail.

#### **Mônica Tavares de Menezes**

Enfermeira (UNINASSAU). Caruaru (PE), BRASIL.  
E-mail: monicamenezes1986@gmail

#### **Monique Rayane Santos Silva**

Acadêmica em Enfermagem da Universidade Maurício de Nassau (UNINASSAU).  
Caruaru (PE), Brasil.  
E-mail: moninharay@gmail.com

#### **Sarana Héren Pereira Ribeiro**

Mestre em saúde humana e meio ambiente (UFPE). Enfermeira (ASCES). Coordenadora da ETP. Docente da Universidade UNIFAVIP Wyden. Caruaru (PE), BRASIL.  
E-mail: sarana\_pereira@hotmail.com

#### **Luciana Dilane dos Santos Barbosa**

Mestre em Educação, Ciências e Matemática (UFPE). Enfermeira (UFPE). Esp. Em Oncologia e Neonatologia. Docente da Universidade UNIFAVIP Wyden. Caruaru (PE), BRASIL.  
E-mail: dilane.barbosa@gmail.com

### **RESUMO**

**Introdução:** A violência contra a mulher é classificada em cinco formas distintas, sendo estas a física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Pode ocorrer separadamente ou em forma conjunta e estão descritas na lei Maria da Penha. **Objetivo:** Descrever o perfil sociodemográfico de mulheres que foram violentadas, no Nordeste de 2014 a 2018, através de dados do SINAN. **Metodologia:** Trata-se de um de uma pesquisa epidemiológica descritiva transversal, com abordagem quali-quantitativa. **Resultados e Discussão:** A amostra revela que maior parte das mulheres acometidas por violência são de idade jovem, sobretudo entre 20 e 29 anos e possuem baixa escolaridade, enquanto as que possuem maior grau de instrução apresentam menor índice de acometimento. **Conclusão:** Observou-se nos dados coletados que as notificações realizadas foram por mulheres em condições extremas de pobreza ou de baixa classe social, não havendo um tópico específico para classe média e alta no banco de dados consultado.

**Palavras-chave:** Violência Contra a Mulher, Prevalência, Epidemiologia

## **ABSTRACT**

**Introduction:** Violence against women is classified in five distinct forms, which are physical, psychological, sexual, moral and patrimonial. It can occur separately or together and are described in the Maria da Penha Law. **Objective:** To describe the sociodemographic profile of women who were raped, in the Northeast from 2014 to 2018, through data from SINAN. **Methodology:** This is a cross-sectional descriptive epidemiological research, with a quali-quantitative approach. **Results and Discussion:** The sample reveals that most women affected by violence are young, especially between 20 and 29 years old and have low education, while those with higher education have lower rates of involvement. **Conclusion:** It was observed in the data collected that the notifications were made by women in extreme conditions of poverty or of low social class, with no specific topic for middle and high class in the database consulted.

**Keywords:** Violence Against Women, Prevalence, Epidemiology

## **1 INTRODUÇÃO**

A violência contra a mulher é um evento predominante na cultura patriarcal da qual descendemos tradicionalmente, nomeada pela convenção de Belém do Pará, conforme disposto no cap. 1, art. 1º, 2º e 4º como todo e qualquer ato voltado para o público alvo que implique em constrangimento ou dano físico, psicológico, sexual e privando assim da liberdade de usufruir de seus direitos humanos. A lei Maria da Penha acrescenta ainda aos tipos de violência de gênero a moral e patrimonial, dessa forma, são encontradas cinco formas de agressão direcionadas à audiência feminina <sup>(1-2)</sup>.

Conforme descrito por Garcia <sup>(3)</sup>, a temática torna-se um problema de saúde pública à medida que demanda cuidados voltados para a prevenção e tratamento à pessoa acometida, sendo necessária a atuação e capacitação de profissionais no âmbito de acolhimento às vítimas. Ademais, nos últimos anos o tópico tem sido enfatizado e estudado com mais perspicácia, norteados assim a abertura de leis e projetos para a proteção de tais direitos.

Segundo estudo epidemiológico recente realizado na região do Nordeste, é possível identificar que há uma prevalência maior dos casos quando se refere a agressão física, correspondendo a 47% dos casos estudados, seguida pela psicológica e sexual. Enfatiza, outrossim, a preponderância no estado de Pernambuco, no qual foi encontrado um índice maior na cidade do Recife <sup>(4)</sup>.

Tal evidência é explicada quando se analisa o perfil mais acometido de mulheres, o qual envolve populações com menor qualidade de vida e maior desigualdade, além de

outros fatores. Dessa forma, entende-se a razão pela qual o estado possui maior índice. Apesar de ser uma temática mundial, a nível de Brasil podemos destacar que a cultura patriarcal instalada historicamente potencializa a sua procedência <sup>(4)</sup>.

Com base nesse contexto, o presente estudo tem o objetivo de descrever o perfil sociodemográfico de mulheres que foram violentadas no Nordeste no período entre 2014 a 2018, através de dados do SINAN.

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 GERAL

Descrever o perfil sociodemográfico de mulheres que foram violentadas, no Nordeste brasileiro de 2014 a 2018, através de dados do SINAN.

### 2.2 ESPECÍFICOS

- Traçar o Coeficiente de Prevalência de violência contra mulher na região nordeste de 2014 a 2018.
- Descrever o tipo de violência sofrida.
- Retratar a Violência vivenciada por mulheres de acordo com características sociodemográficas ( cor, faixa etária, escolaridade e local de ocorrência).
- Analisar a violência sofrida por mulheres de acordo com o tipo de agressor.

## 3 METODOLOGIA

### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um de uma pesquisa epidemiológica descritiva transversal, com abordagem quantitativa. Sabe – se que esse tipo de pesquisa visa esmiuçar, com a finalidade de descrever a partir de registros os aspectos evidenciados na população estudada, porém sem manipular ou interferir diretamente na problemática abordada. No que se refere a busca transversal que também pode ser entendida com seccional, pode ser classificada sob as vertentes epidemiológicas de prevalência e incidência. Uma vez definida a linha de pesquisa com investigação de prevalência, a conceituamos pela disposição de casos novos e antigos que podem ser encontrados em um determinado grupo<sup>(5-6)</sup>.

No que se refere a abordagem, na natureza quantitativa é feita uma análise estatística e sequente redação do estudo, que será baseado na interpretação dos dados <sup>(7)</sup>.

### 3.2 LOCAL DO ESTUDO

Estudo realizado na região Nordeste, uma das cinco regiões do país, sendo a segunda mais populosa. Segundo dados do último censo demográfico do IBGE, realizado em 2010, a região apresenta uma população estimada de 53.081.950 habitantes, as quais são distribuídas em 9 estados e 1794 municípios. Dessa forma, a área possui uma densidade demográfica de 34,1 habitantes/Km<sup>2</sup> <sup>(8-9)</sup>.

### 4.3 VARIÁVEIS UTILIZADAS

#### 4.3.1 variáveis sociodemográficas e econômicas

As variáveis com perfil sociodemográfico analisadas no decorrer da coleta foram: faixa etária, cor, escolaridade e local de ocorrência, ao passo que as econômicas foram renda e ocupação.

A obtenção da amostra para a pesquisa foi realizada através da leitura digital dos dados de violência através do DATASUS(SINAN), que foram digitados em planilhas e gráfico de excel e tabelas no word, sequente, pela consecução das variáveis de relevância para o presente estudo, no qual foram contemplados cinco anos de dados para amostra.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência física é descrita como uso da força física e/ou uso de objetos usados de maneira intencional para provocar lesão corporal, sendo naturalizada em alguns lares e/ou culturas, o que faz com que não haja notificação por meio da mulher <sup>(10-12)</sup>.

A violência sexual pode ser entendida como uso da força física para coagir alguém a qualquer tipo de abuso relacionado, podendo ou não haver o estupro, tirando assim o seu direito de escolha e liberdade. Esse tipo de violência geralmente está associado a ameaças, manipulação por meio da força e chantagens, podendo ocorrer inclusive em relacionamentos conjugais, onde a vítima se mantém submissa por medo do cumprimento das intimidações a que está sujeita <sup>(13)</sup>.

Entende-se a violência psicológica como ações e omissões que sejam capazes de causar humilhação, constrangimento e sofrimento psíquico e até mesmo privação da liberdade de conviver com o meio social podendo alterar o comportamento e decisões da pessoa que lida com esta, causando danos à autoestima e saúde mental e em casos mais graves levando ao suicídio. Pode ser encontrada ainda através da ofensa verbal, gestos e olhares que expressam desvalorização intelectual, de seu trabalho, corpo e personalidade,

bem como perseguição e exploração do direito de ir e vir. É considerada como mais danosa com relação à violência física, sendo essa a mais difícil de ser identificada <sup>(14-15)</sup>.

Conforme o art. 7º inciso V, disposto na lei 11. 340 de 2006, a violência moral é um crime cometido contra a honra, o qual pode ser caracterizado por injúria, calúnia e difamação. Tais como atribuir a pessoa acontecimentos que não são verídicos <sup>(16)</sup>.

O termo violência patrimonial é usado para se referir a dano ou destruição de bens materiais pessoais da pessoa. No entanto, o desconhecimento por parte das vítimas faz com que a subtração de seus objetos particulares não seja reconhecida como uma forma de violência, o que contribui para a invisibilidade do ato, sendo assim uma infração aos direitos econômicos da mulher <sup>(17-18)</sup>.

Tabela 1-Número de registros por região de residência. Brasil. 2014-2018.

Região	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	10043	10991	12696	13217	14307
Nordeste	23674	24707	25940	32204	39547
Sul	30357	32510	34296	44567	52364
Sudeste	69183	79714	91167	116336	129657
Centro - oeste	10654	11035	11758	14190	16758
Ignorado/externo	42	29	42	45	35
Total	143953	158986	175899	220559	252668

Fonte: Autoria própria.

Tabela 2- Número de registros por UF de residência. Nordeste, Brasil. 2014-2018.

UF	2014	2015	2016	2017	2018
Alagoas	1975	1962	1901	2792	2976
Bahia	5716	5704	6450	6832	8166
Ceará	1776	2152	2782	3457	5968
Maranhão	1688	1840	1628	1664	2285
Paraíba	1529	1730	792	1941	2038
Pernambuco	7724	7701	8151	10,591	12407
Piauí	1289	1691	2337	2449	2629
Rio Grande do Norte	1186	1171	1357	1776	2167
Sergipe	791	756	542	702	911
Total	23674	24707	25940	32204	39547

Fonte: Autoria Própria.

Diante das informações coletadas no SiNAN<sup>(19)</sup>, observou - se que a região nordeste obteve uma inclinação crescente no decorrer dos anos, correspondendo a 15,3%

dos casos com relação ao Brasil, no intervalo descrito. Esta ocupou o terceiro lugar de frequência por região de residência, estando depois apenas da região sudeste e sul. A nível estadual, Pernambuco apresentou o maior coeficiente de casos apurados, sendo equivalente a mais de 50% do valor de cada estado da amostra, salvo pela Bahia, que ocupou o segundo lugar. Foi constatada uma prevalência maior de dados para amostra no último ano da pesquisa, com relação aos demais. (Tabela 1 e 2)

De acordo com dados obtidos no Sistema de Informações de agravos de notificação (SINAN)<sup>(19)</sup>, dispostos nas tabelas 1 e 2, em 2014 o Nordeste evidenciou 16,4% de registros, enquanto no ano de 2018 apresentou um coeficiente de 39.547 casos registrados de violência direcionada a mulher, correspondendo a 15,6% dos casos notificados no país neste ano, dos quais 12.407 são referentes ao estado de Pernambuco. Mulheres agredidas no estado de Pernambuco representam 31,9% do total da amostra com relação à região Nordeste do país .

Tabela 3 - Variáveis determinantes - Nordeste, Brasil, 2014 - 2018.

Variáveis		
FAIXA ETÁRIA	Número de casos	Percentual
15 - 19 anos	20.726	19,5%
20 - 29 anos	35.342	33,2%
30 - 39 anos	28.898	27,1%
40 - 49 anos	15.176	14,3%
50 - 59 anos	6.261	5,9%
ESCOLARIDADE		
1º a 4º série incompleta do EF	8.984	13,4%
4º série completa do EF	4.033	6%
5º a 8º série incompleta do EF	19.830	29,7%
Ensino Fundamental Completo	5.807	8,7%
Ensino Médio Incompleto	9.633	14,4%
Ensino Médio Completo	12.902	19,3%
Ensino Superior Incompleto	2.887	4,3%
Ensino Superior Completo	2.686	4%
COR		

<b>Branca</b>	16.885	14,4%
<b>Preta</b>	11.612	9,9%
<b>Amarela</b>	1.125	0,9%
<b>Parda</b>	87.352	74,2%
<b>Indígena</b>	681	0,6%
<b>LOCAL DE OCORRÊNCIA</b>		
<b>Residência</b>	83.699	71,6%
<b>Escola</b>	1.224	1%
<b>Local de prática Esportiva</b>	267	0,2%
<b>Bar</b>	2.357	2%
<b>Via Pública</b>	19.804	16,9%
<b>Comércio</b>	1.315	1,1%
<b>Outros</b>	8.305	7,1%

Fonte: Autoria Própria.

A amostra coletada no SINAN<sup>(19)</sup>, revela que a maior parte das mulheres acometidas por violência são de idade jovem, sobretudo entre 20 e 29 anos e possuem baixa escolaridade, enquanto as que possuem maior grau de instrução apresentam menor índice de acometimento. Destas, as mulheres pardas representam 74,2% da amostra coletada, sendo sinal de destaque para a variável, já as de raça indígena possuem o menor índice correspondendo a 0,6%. Cerca de 71,6 % dos casos apurados são ocorridos na residência da mesma, ao passo que 0,2% sucede em locais de práticas de esporte, sendo estes equivalentes ao maior e menor índice de contagem no que se refere ao local de ocorrência, na devida ordem (Tabela 3).

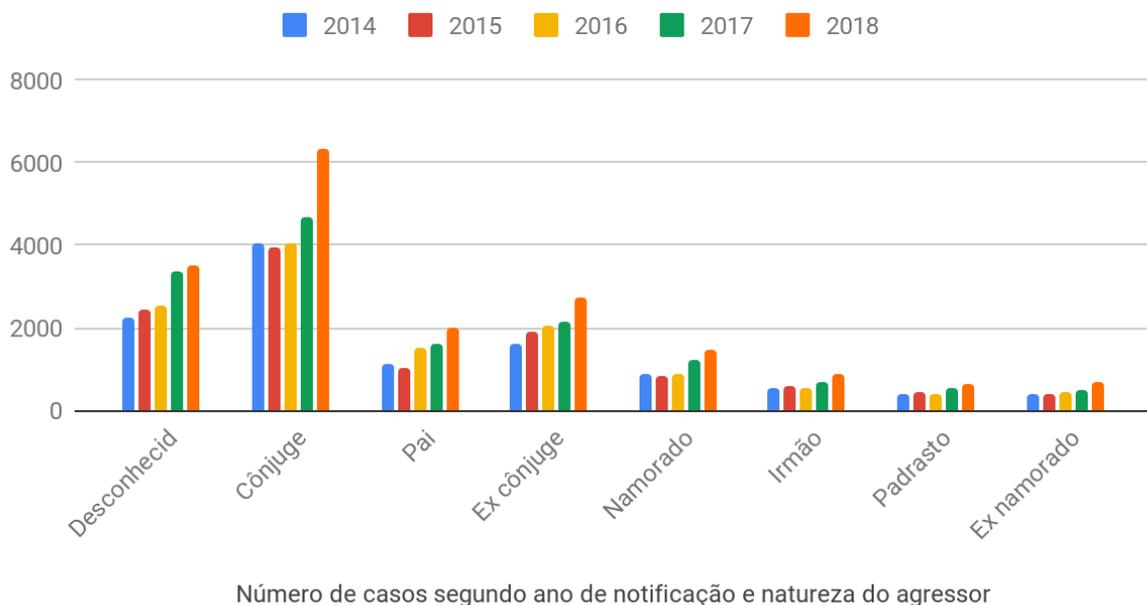
Estudos expressam que o maior índice de mulheres que passam por essa situação se encontra em idade reprodutiva, confirmando assim os dados encontrados para as variáveis da tabela 3. O perfil traçado das mulheres violentadas inclui na maior parte dos casos grau de escolaridade igual ou inferior a oito anos de estudo, ou seja, ensino fundamental incompleto. Esta variável está vigorosamente ligada à temática, pois quando não se conhece algo a sua identificação é dificultada <sup>(20-21)</sup>.

Conforme disposto no gráfico 1, quanto à natureza do agressor 33,8% foram cometidos por cônjuges e 20,7% destes correspondem a agressores incógnitos, sendo a

maior parte dos casos notificados, seguidos por ex cônjuge, pai e namorado. E em menores proporções se enquadram consecutivamente irmãos, ex namorado e padrasto, sendo este último o de menor coeficiente o qual equivale a 3,5% dos dados. Nota - se que o índice é crescente no decorrer dos anos em relação a todos os tipos de agressores mencionados, sobretudo quanto a companheiro e pessoas desconhecidas pela vítima <sup>(19)</sup>.

Gráfico 1: Comparação de números de casos segundo ano de notificação e natureza do agressor - Brasil, 2014 - 2018.

### 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018



Número de casos segundo ano de notificação e natureza do agressor

Fonte: Autoria Própria.

Diante dos casos de violência registrados, nota - se um maior número de mulheres acometidas com situação conjugal onde pode haver dependência emocional e/ou financeira associada a ameaças referidas pelo parceiro. Evidencia - se outrossim situações em que este não aceita o fim do relacionamento ou tem um sentimento de posse pela ex companheira. Em contrapartida, há um número expressivo de casos onde o agressor era uma pessoa anônima sem nenhum tipo de relacionamento com a vítima, o que corrobora os dados encontrados, sendo estes responsáveis pela maior parte do perfil de agressores <sup>(21-22)</sup>.

O fenômeno está presente em todas as classes sociais, no entanto, há evidências de que há uma predominância maior de ocorrências contra mulheres que possuem baixa renda <sup>(23)</sup>. Segundo estudo realizado por Barbosa et Al<sup>(24)</sup>, o status de ocupação de

mulheres que se encontram em situação de desemprego tem uma inclinação maior a serem vítimas de violência.

## **6 CONCLUSÃO**

O estudo foi realizado através de dados secundários do SINAN. Notou - se que a criação de leis e projetos voltados para a temática tem incentivado razoavelmente a procura por profissionais, trazendo uma visibilidade maior da magnitude encontrada nos últimos anos. Os dados expressaram uma prevalência maior de mulheres de pele parda que apresentaram o maior número de violência notificados, ao passo que a raça indígena possui o menor índice. É importante destacar que nem toda mulher acometida procura a unidade para tal, bem como nem toda instituição realiza a notificação corretamente. Observou - se ainda durante coleta da amostra que não há uma variável de notificação específica para mulheres de classe média e alta no banco de dados consultado, este fato sugere a subnotificação de ocorrências, seja pela escassez da procura de unidades por esse público ou outros fatores associados, sendo esta uma limitação encontrada no estudo.

## REFERÊNCIAS

- 1 BRASIL. Decreto nº 1.973, de 1 de agosto de 1996. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**: convenção de Belém do Pará, Brasília, DF: Brasil, ano 1996, p. 2, 1 ago. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1996/D1973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm). Acesso em: 25 nov. 2019.
- 2 BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER**. Brasília, DF: Brasil, ano 2006, p. 1, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm#art46). Acesso em: 25 nov. 2019.
- 3 Garcia LP. **A magnitude invisível da violência contra a mulher**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 25, n. 3, p. 451-454, set. 2016. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742016000300451&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000300451&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 18 nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742016000300001>.
- 4 Araújo BF, Pereira FMF, Freitas PVL, Saturnino VS, Santos EVL. **Análise da Prevalência dos Tipos de Violência Contra a Mulher na Região Nordeste**. Journal of Medicine and Health Promotion. Patos, v. 4, n. 1 jan/mar 2019, p. 1086-1095. 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/164610450-Analise-da-prevalencia-dos-tipos-de-violencia-contr-a-mulher-na-regiao-nordeste-analysis-of-the-prevalence-of-violence-against-women-in-the-northeast.html> Acesso em 18 de novembro de 2019.
- 5 Bordalo AA. **Estudo transversal e/ou longitudinal**. Rev. Para. Med., Belém, v. 20, n. 4, p. 5, dez. 2006. Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-59072006000400001&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400001&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 26 nov. 2019.
- 6 Fontelles MJ, Simões MG, Farias SH, Fontanelles RGS. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA: DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE PESQUISA**. Rev. Para. Med. Amazônia. jul.-set. 2009. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=588477&indexSearch=ID> Acesso em: 26 nov. 2019.
- 7 GIL AC - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed.-São Paulo:Atlas,2010.
- 8 Densidade demográfica: IBGE, Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agrn\\_if.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf) . Acesso em: 02 Jan. 2020.
- 9 População no último censo: IBGE, Censo Demográfico 2010.
- 10 Costa LMG, Zucatti APN, Dell'aglio DD. **Violência contra uma mulher: levantamento de casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para uma mulher**. Estud. psicol. (Campinas) , Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, junho de 2011.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200009&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 05 de março de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000200009> .

11 Silva MCM, Brito AM , Araújo AL, Abath MB . **Caracterização dos casos de violência física, psicológica, sexual e negligências notificados em Recife, Pernambuco, 2012.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 22, n. 3, p. 403-412, set. 2013 . Disponível em <[http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742013000300005&lng=pt&nrm=iso](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 06 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742013000300005>.

12 Soares BM. **A 'conflitualidade' conjugal e o paradigma da violência contra a mulher.** Revista de estudos de conflito e controle social. V. 5, n. 2, (2012). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7326> Acesso em: 5 de março. 2020.

13 Teles MAA, Melo M. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo. Editora Brasiliense, 2017.

14 Bandeira LM. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação.** Soc. estado., Brasília , v. 29, n. 2, p. 449-469, Aug. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso)>. access on 04 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>.

15 Silva LEL, Oliveira MLC. **Características epidemiológicas da violência contra a mulher no Distrito Federal, 2009 a 2012.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília , v. 25, n. 2, p. 331-342, June 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222016000200331&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222016000200331&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Mar. 2020. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742016000200012>.

16 BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.** Brasília, DF: Brasil, ano 2006, p. 1, 7 ago. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm#art46](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm#art46). Acesso em: 25 nov. 2019.

17 Pereira RCBR, Loreto MDS, Damiano Teixeira KM, Sousa JMM. **O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas.** Oikos: Família E Sociedade Em Debate, 24(1), 206-235. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3653> Acesso em 6 de março, 2020.

18 Ximenes AVB. **Descortinando invisibilidades: violência patrimonial e a fixação de alimentos para vítimas de violência doméstica.** Ciências Sociais Aplicadas. Salvador. 17-Jun-2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/900> Acesso em: 6 de março, 2020.

19 Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de notificação - SINAN NET.

20 Zancan N, Wassermann V, Lima GQ. **A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas.** Pensando fam., Porto Alegre , v. 17, n. 1, p. 63-76, jul. 2013 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2013000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 03 jan. 2020.

21 Gomes TMV, Rosa DOA, Tavares R, Melo EM, Melo VH. **Avaliação da interface dos diferentes tipos de violência provocada pelo parceiro íntimo contra a mulher.** Rev. Méd. Minas Gerais. 26 (Supl 8): S62-S67, 2016. Disponível em: <http://rmmg.org/artigo/detalhes/2124> . Acesso em: 03 Jan 2020.

22 Andrade RO. **As faces da violência doméstica.** Demografia Pol. Públicas. Saúde Pública. Sociol. Ed. 277. mar. 2019. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/03/07/faces-da-violencia-domestica/> . Acesso em: 03 Jan. 2020

23 Leite FM, Costa, Bravim LR, Lima EFA, Primo CC. **Violência contra a mulher: caracterizando a vítima, a agressão e o autor.** Rev. pesqui. cuid. fundam. Rio de Janeiro. (Online);7(1):2181-2191, jan.-mar. 2015. tab. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=26717&indexSearch=ID> Acesso em: 5 de março, 2020.

24 Barbosa KGN, Walker BB, Schuurman N, Cavalcanti SDLB, Ferreira EF, Ferreira RC. **Epidemiological and spatial characteristics of interpersonal physical violence in a Brazilian city: A comparative study of violent injury hotspots in familial versus non-familial settings, 2012-2014.** PLOS One. v. 14, n.1, p. 1-19. Jan.2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0208304> . Acesso em: 04 Jan. 2020. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0208304>